



A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Giselda Corrêa ⁽¹⁾, **Cíntia Inês Boll** ⁽²⁾

(1) Aluna do Curso de Especialização em Tutoria em EAD, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil – e-mail: tutoragi@yahoo.com.br

(2) Orientadora, Departamento de Estudos Especializados – Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil – e-mail: cintia.boll@ufrgs.br

RESUMO

Este artigo reflete sobre a trajetória da Educação a Distância – EAD – e aponta o contexto socioeconômico como determinante na estruturação dessa modalidade de ensino. Citam-se aspectos relevantes da legislação na constituição da EAD e um histórico das gerações da modalidade. Este trabalho visa mostrar também a necessidade de se democratizar o acesso ao Ensino Superior, visto que cada vez mais a realidade tem exigido a formação de profissionais autônomos, críticos e contextualizados. Exigem-se docentes capazes de aprender, inovar, buscar e construir saberes em rede, ampliando competências, aprimorando habilidades em sintonia com a evolução tecnológica e respondendo aos desafios que o cotidiano lhes apresenta.

Palavras-chave: Educação a Distância, Formação Continuada, Ensino-aprendizagem, Legislação, Tecnologias.

Estou semeando as sementes da minha mais alta
esperança. Não busco discípulos para comunicar-lhes
saberes. Busco discípulos, para neles plantar minhas
esperanças.

Ruben Alves

O mundo globalizado, moderno, devido à sua dinâmica de funcionamento, impõe aos educadores a necessidade de aprimoramento e constante atualização. Questionar, ter autonomia e capacidade para decidir é essencial para que um profissional possa enfrentar os novos desafios do cotidiano. É a rápida evolução da humanidade e o desenvolvimento desenfreado das tecnologias da comunicação que vêm exigindo essas mudanças, inclusive na área da educação.

Independente de o indivíduo buscar novos conhecimentos nos cursos presenciais ou a distância, a necessidade de aprimoramento é fundamental. Autores como Nóvoa (1995), Nunes (2001), Caldeira (1995), Imbernón (2000) e Pimenta (1999), *apud* Brito (2009), apontam nessa direção. Para eles, a formação continuada é a saída possível para melhorar a qualidade do ensino. É a forma que o docente tem para analisar seus conhecimentos, reavaliar e reformular sua prática de ensino, elevar seu rendimento e, assim, aumentar sua autonomia.

Há algumas décadas, ao se obter uma certificação, acreditava-se que o profissional estaria apto para atuar na área pelo resto da vida. Hoje a realidade é diferente. Vive-se a chamada Era da Informação, fase em que, segundo Toffler (1993), *apud* Rocha; Lima (2007, p. 2), novas informações surgem a cada minuto, o que exige dos professores uma formação empreendedora e sustentada no conhecimento. Mais do que nunca, é necessário que o docente busque um constante aperfeiçoamento. Só assim ele conseguirá atender as exigências da sociedade contemporânea, pois a qualidade do trabalho realizado na escola depende muito da formação de quem ali faz o seu trabalho.

Para Fagundes (1999), *apud* Trein; Locatelli; Schlemmer (2008, p. 5), nesse novo cenário, é importante que o professor repense sua prática, pesquise, desenvolva o diálogo, articule os conhecimentos dos alunos com objetivos bem planejados, selecione ferramentas que auxiliem na aprendizagem, orientem os caminhos dos alunos e acompanhem o

desenvolvimento deles, proporcionando-lhes a aprendizagem. Para complementar, Lopes (2005), *apud* Trein, Locatelli; Schlemmer (2008, p. 7), diz que

[...] as funções do professor estão alteradas. Sua ação educativa centra-se na construção de um processo educativo alicerçado na interatividade e na criatividade. A sua autoridade não se estabelece de forma unilateral. A nova postura concentra-se no condutor de caminhos, aquele que não dá a palavra final, mas permite e estimula a contrapalavra. Como portador de saberes que continuamente são desconstruídos, não reconhece sua autoridade na imposição do que sabe, pelo contrário, sua presença é marcante porque possui a maestria de provocar discussões, dúvidas e acenar a possibilidade da existência de vários caminhos a serem percorridos.

Em consideração às palavras de Lopes, é necessário compreender que a educação implica num processo amplo de formação que ocorre em vários espaços sociais, não apenas no espaço institucionalizado para tal fim. Segundo Rech, “autores como Alves (1998), Marques (2003), Nóvoa (1992) e Tardif (2002) vêm defendendo a ideia de que a formação do professor se dá em múltiplas esferas e é constituída por vários saberes” (RECH, 2009, n. p.). Além disso, “não existe um momento estanque de formação, mas que ela vai sendo construída e reconstruída durante toda a trajetória profissional e também pessoal do professor” (*idem*). Rech diz ainda que se está diante da construção de uma nova fase em relação à formação de professores.

Nessa nova fase, tem-se a intenção de superar as concepções de ensino mais tradicionais. Pacheco (1996), *apud* Rios; Pimentel (2004, p. 7), afirma que os currículos precisam se voltar para a valorização da individualidade do sujeito e da sua cognição, para as atitudes e os valores do indivíduo, para o respeito pelas diferenças individuais e para a procura de um desenvolvimento global e contínuo. Conforme Levy (LEVY, *apud* RIOS; PIMENTEL, 2004, p. 7),

É preciso superar-se a postura ainda existente do professor transmissor de conhecimentos. Passando, sim, a ser aquele que imprime a direção que leva à apropriação do conhecimento que se dá na interação. Interação entre aluno/professor e aluno/aluno, valorizando-se o trabalho de parceria cognitiva;

[...] elaborando-se situações pedagógicas onde as diversas linguagens estejam presentes. As linguagens são, na verdade, o instrumento fundamental de mediação, as ferramentas reguladoras da própria atividade e do pensamento dos sujeitos envolvidos.

[...] [é preciso] buscar o desenvolvimento de um espírito pesquisador e criativo entre os docentes, para que não sejam reprodutores, incapazes de refletir e modificar sua prática profissional.

[...] este processo criativo é sempre coletivo, na medida que a memória e a experiência humana são patrimônio social.

Diante de tais transformações, o papel do professor altera-se substancialmente. O docente deixa de ser aquele que tudo sabe, que atua como um mero transmissor de informações, para ser um mediador, um agente facilitador, cabendo-lhe estabelecer uma espécie de ponte entre o aluno e os conhecimentos a ser construídos. Em consequência, o aluno passa a desenvolver suas habilidades, a buscar novos saberes de forma interativa e a alcançar seus objetivos pelo exercício de sua autonomia, além de tornar-se um sujeito ativo e colaborador do processo de aprendizagem.

As questões acerca da construção desse novo modelo de ensino, que dá autonomia e liberdade ao aluno na busca de sua emancipação e no exercício de sua cidadania, parecem estar diretamente ligadas ao que sustenta Freire em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (2002). Na obra, o autor cita aspectos docentes marcadamente mediadores. Por exemplo:

[...] ensinar não é transferir conteúdo a ninguém, assim como aprender não é memorizar o perfil do conteúdo transferido no discurso vertical do professor. Ensinar e aprender têm que ser com o esforço metodicamente crítico do professor de desvelar a compreensão de algo e com o empenho igualmente crítico do aluno de ir entrando, como sujeito de aprendizagem, no processo de desvelamento que o professor ou professora deve deflagrar (FREIRE, 2002, p. 74).

O autor considera verdadeira a construção do conhecimento realizada por meio da troca ou da relação dialógica. Em outras palavras, é verdadeiro o conhecimento construído na relação com os outros e com o mundo.

É certo que ainda há uma distância muito grande entre o perfil do professor que a realidade atual exige e o perfil do professor que realmente existe. Voltar a estudar é, em função disso, imprescindível quando se quer encontrar soluções para o problema. Infelizmente a maioria dos docentes ainda enfrenta situações cotidianas que desmotivam e desencorajam a busca por novos conhecimentos.

Entre as principais causas do desestímulo no cotidiano dos professores estão a falta de tempo para os estudos, devido à sobrecarga de trabalho, as dificuldades financeiras e até as complicações com o deslocamento. Tais questões puderam ser confirmadas no contato com duas realidades: a vivência do magistério na Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo e a

experiência como tutora no curso de Pedagogia a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. A maioria dos professores das realidades vivenciadas trabalha em cargas horárias exaustivas para aumentar a remuneração. A eles não resta tempo para buscar formação complementar ou, o que é ainda pior, para completar a formação básica para o exercício docente. Infelizmente os custos com a formação também são elevados, pois no Brasil os professores ainda não atingiram o acesso universal e gratuito ao ensino superior.

Com base na panorâmica apresentada, o problema de pesquisa recebe esta formulação: a EAD se configura como uma alternativa que facilita a busca pela formação ou atualização dos professores, a fim de que eles se instrumentalizem frente às demandas sociais e tecnológicas, equacionando dois elementos centrais que desmotivam e desencorajam os docentes na busca de novos conhecimentos. São eles: o tempo e o dinheiro.

Metodologia

Para chegar às informações que justificam a EAD como uma das alternativas para os problemas enfrentados pelo professor, apresenta-se um levantamento bibliográfico acerca da modalidade de ensino. Expõe-se o que há de mais relevante sobre o assunto, seja em forma de lei seja em forma de experiências de pesquisadores e estudiosos da área. Além disso, analisa-se uma entrevista realizada com uma professora e aluna dessa modalidade de ensino.

A entrevista foi realizada por meio de um questionário enviado à professora por correio eletrônico. Na análise dos dados, podem ser vistas treze questões sobre as razões que levaram a docente a fazer um curso na modalidade EAD.

Definições e leis da EAD

A Educação a Distância – EAD – é uma modalidade de ensino utilizada por todos aqueles que querem aprofundar seus conhecimentos e encontrar meios de enfrentar os percalços cotidianos. De acordo com o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância – ABRAEAD –, edição de 2008, mais de 2,5 milhões de brasileiros estudou em cursos com metodologias a distância no ano de 2007. Como afirma Litwin (2001), *apud* Filho

(2002, p.1), a modalidade não é uma forma recente de transmitir conhecimento, visto que o desenvolvimento da educação a distância teve início com o mundo contemporâneo no séc. XIX.

No contexto das políticas públicas brasileiras voltadas para a Educação, foi somente quando a Lei 9.394/96 – LDB – entrou em vigor que a EAD passou a ser encarada como aplicável ao sistema educacional brasileiro. Ao longo da história, segundo Moore e Kearsley (2007), *apud* Nitzke; Gravina; Carneiro (2008, p. 3), esse modelo vem evoluindo, pois ele segue as necessidades de ensino e as inovações tecnológicas de cada época. Sendo assim, mudam também as formas de aprender e ensinar.

Os autores citados procuraram fazer um mapeamento da evolução que se vive na EAD. Eles apontam cinco gerações, das quais a última é a da Internet/Web. São elas:

- 1ª geração – Correspondência: com início em 1890, é caracterizada pelo uso de material impresso, enviado aos alunos pelo correio. Denominada “estudo por correspondência” ou “estudo independente”, essa geração assinalava uma educação a distância individual, com pouca interação entre aluno e professor. A primeira geração veio ao encontro daqueles que, durante muitos anos, por questões geográficas ou por outro motivo qualquer, não tinham acesso a nenhuma forma de conhecimento.
- 2ª geração – Transmissão por rádio e televisão: teve início no século XX – décadas de 20 e 50 – e, no ano de 1969, essa modalidade foi adotada pela *Open University*. Os cursos a distância dessa geração deixaram de se basear apenas no ensino por correspondência. Eles passaram a explorar também outros caminhos para assessorar e estimular o aprendiz. Além do material impresso enviado pelo correio, os alunos passaram a receber orientações em reuniões e por meio de emissões radiofônicas. Para esclarecer as dúvidas, eles continuaram utilizando a correspondência, mas passaram a utilizar também o telefone e, posteriormente, o fax.
- 3ª geração – Universidades abertas: com início na década de 60, essa geração caracteriza-se pelas inúmeras experiências em EAD. Nessa fase, levou-se em consideração a preparação de recursos humanos e a integração das diferentes tecnologias disponíveis – o material impresso, as transmissões por rádio e TV e o telefone –, acrescentando a elas os vídeos pré-gravados, as conferências por telefone e

os *kits* com o material necessário para realizar experiências práticas. Nesse contexto, destacam-se as Universidades Abertas, ou seja, uma estrutura básica totalmente a distância implementada pelas universidades. Grande importância e prioridade, contudo, é dado ao material impresso, afinal ele ainda é o meio principal de transmissão do conteúdo.

- 4ª geração – Teleconferência: iniciou na década de 80 quando se difundia o uso da internet no mundo. A tecnologia passa a permitir uma comunicação mais próxima e frequente entre professor e aluno, mas também entre aluno e aluno. Cita-se a teleconferência ou a conferência a distância como a tecnologia significativa nesse período. Depois, iniciou-se também a audioconferência, isto é, a transmissão somente de áudio que era simultânea e multidirecional. Mais tarde, o processo passou a ser realizado por áudio e vídeo. Essa interação em tempo real acabou por afetar significativamente as relações entre professores e alunos, refletindo significativamente também nas formas de ensinar e aprender.
- 5ª geração – Computador e internet: o início se deu a partir da década de 80 quando a internet e as redes de computadores permitiram a convergência entre texto, áudio e vídeo em uma única plataforma de comunicação. A nova tecnologia possibilitou a integração das vantagens e tecnologias das gerações anteriores. Possibilitou também a interação social entre professores e alunos, o que desencadeou a superação da distância social e geográfica entre eles.

A partir da 5ª geração, percebe-se um desenvolvimento significativo em relação à modalidade de ensino – EAD – devido ao processo de democratização da sociedade e ao desenvolvimento das técnicas de comunicação. Essa geração firma-se na mediação estabelecida pelos meios didáticos, pedagógicos e tecnológicos que permitem uma aprendizagem autônoma, sólida e segura, valorizando a individualidade e a cognição do sujeito, as atitudes, os valores e o respeito pelas diferenças dos indivíduos.

Nessa perspectiva, o processo de ensino-aprendizagem precisa ser compreendido para além de uma relação unidirecional, que prevê a transmissão verbal dos conteúdos prontos por parte do professor e a memorização passiva por parte do aluno. Neste sentido, é preciso que o professor repense sua prática, escolhendo novos caminhos que o conduzam à aprendizagem. É preciso também que ele passe a agir com mais generosidade, buscando mudar a forma de

ensinar, reconhecendo no educando um sujeito ativo que formula ideias, desenvolve conceitos e constrói seu próprio conhecimento. Em contrapartida, deverá surgir também um novo aluno, sujeito da sua própria formação, autônomo, motivado a aprender, disciplinado, organizado e, sobretudo, curioso.

Segundo Belloni (2001), *apud* Carvalho (2005, p. 68), "A figura do professor individual tende a ser substituída pelo professor coletivo. O professor terá que aprender a ensinar a aprender". Ainda conforme Belloni, assumir esse novo papel leva a um novo desafio, o de aprender a trabalhar em equipe e penetrar em diferentes áreas disciplinares.

O Ministério da Educação, juntamente com a Legislação Brasileira, tem apresentado a EAD como um modelo exemplar para se alcançar o ideal democrático de educação para todos, em todos os tempos e lugares, gradativamente. Essa modalidade favorece a democratização do ensino e promove a formação de profissionais que irão atuar de maneira contextualizada com as novas exigências da educação.

A EAD assume um papel cada vez mais significativo na apropriação das tecnologias presentes no processo de socialização dos indivíduos nas sociedades modernas, no combate às desigualdades sociais, nas barreiras ligadas à questão de tempo, espaço e recursos e à falta de motivação. Essa modalidade de ensino conquista cada vez mais espaço por apresentar uma proposta que possibilita a substituição de um modelo tradicional, em que predomina a informação, por um modelo novo. Este é centrado na educação flexível, aberta, autônoma, motivadora e interativa que se liga diretamente ao processo de aprendizagem e apropriação dos novos conhecimentos.

Para Preti (2000, p. 4), a educação a distância

Coloca-se hoje como uma possibilidade, como uma alternativa. Um dos traços fortes, distintivos e centrais dessa modalidade é a capacidade de se organizar para melhor viabilizar ao aprendiz a construção de sua autoformação de sua autonomia no processo de aprendizagem.

A EAD não é uma modalidade de ensino nova ou diferente. Ela vem acontecendo há muito tempo, utilizando os meios disponíveis e adequados de cada época para atingir uma determinada população. A modalidade tornou-se visível principalmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96). A Lei regulamenta a modalidade a distância no Brasil, apresentando as determinações sobre a EAD, especialmente

no art. 80, que estabelece a possibilidade de desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino. Determinações são apresentadas também no art. 87, § 3º, em que se destaca o item III, devido à importância diante do tema em discussão, e se determina a realização de “programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isso recursos da educação à distância” (Lei 9.394/96).

Para regulamentar esse artigo da LDB, buscou-se o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece normas para a educação a distância e trata principalmente do credenciamento de instituições. O Decreto aborda também dados sobre a autorização e o reconhecimento dos cursos destinados à modalidade de ensino a distância.

Entre esses cursos, abaixo estão alguns dos autorizados:

- UFRGS – Pedagogia, Licenciatura Plena;
- UFPA – Matemática, nas modalidades Bacharelado e Licenciatura Plena;
- UFPR – Pedagogia, Licenciatura Plena com Habilitação para o Magistério: Séries Iniciais (Ensino Fundamental I) e Educação Infantil;
- UDESC – Pedagogia, Licenciatura Plena, entre outras.

O Decreto acima citado foi complementado posteriormente pelo Decreto de nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Este passou a regulamentar o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Desta vez a regulamentação se deu de forma muito mais concreta e detalhada, pois passou a estabelecer também os referenciais que pautam as regras para o credenciamento de instituições, bem como a supervisão, o acompanhamento e a avaliação da EAD.

Apesar das novas regulamentações, há controvérsias em relação à concepção da EAD. Embora sejam muitas as definições de teóricos reconhecidos, a discussão em torno dos cursos a distância tende a se estender. Segundo Armengol (1987), *apud* Filho (2002, p. 3), a educação a distância tem como característica uma população estudantil adulta, relativamente dispersa e massiva e utiliza uma metodologia orientada que favorece o estudo independente.

Dessa forma, o aluno passa a ser o responsável pela aprendizagem, de modo que precisa desenvolver sua capacidade de aprender a aprender.

Moore (1972), *apud* Souza; Trindade (s. d., n. p.), define a educação a distância como uma relação de diálogo, estrutura e autonomia. Para ele, essa modalidade de ensino exige meios eletrônicos, mecânicos e muitas outras técnicas para mediar a comunicação entre professor e aluno. Nessa perspectiva, segundo os autores Severo e Marques (2008, p. 4-9), o curso de Pedagogia a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – segue o que diz a definição de Moore, visto que o aluno dispõe de suporte tecnológico e de uma rede de profissionais, o que permite a interação entre todos os envolvidos. A representação dessa rede é exemplificada com a seguinte figura:

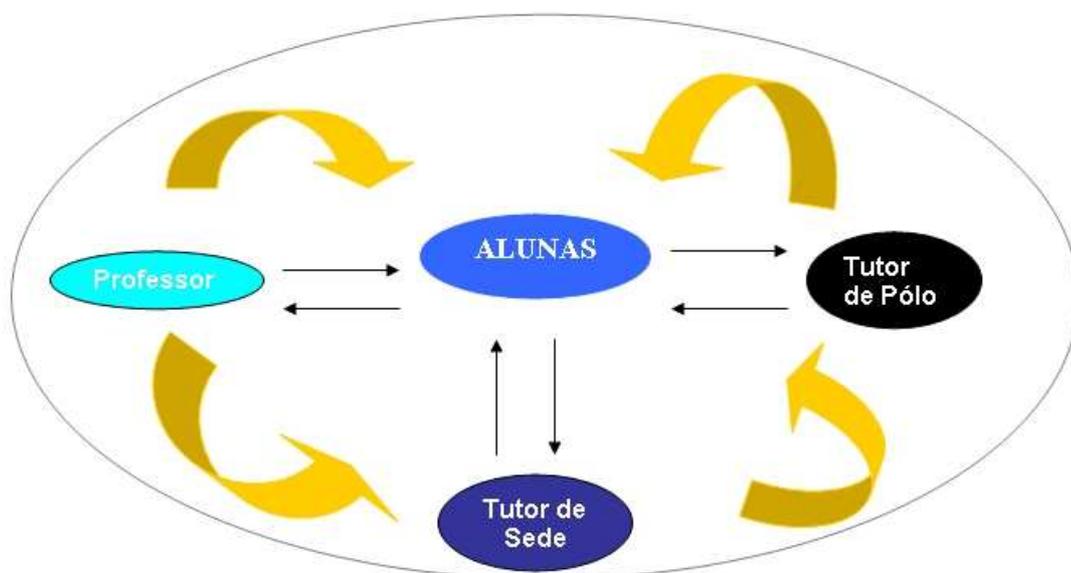


FIGURA 1: SEVERO; MARQUES, 2008, p. 7.

A UFRGS utiliza também um ambiente virtual de aprendizagem, chamado de Rede Cooperativa de Aprendizagem – ROODA –, e suas ferramentas de interação – fórum, sala de bate-papo e A2¹ –, que proporcionam ao aluno um espaço de discussão. Há também o “webfólio”², que pode ser chamado de pasta, onde os alunos postam suas atividades. É neste

¹ **A2:** Ferramenta que possibilita aos sujeitos conectados no ROODA enviar mensagens instantâneas e diretas.

² **Webfólio:** Ferramenta do ROODA que propicia a publicação e a organização de arquivos no formato de páginas da *web*, a fim de socializá-las. Os trabalhos podem ser organizados em pastas e arquivos, e a ferramenta divide-se em *webfólio* geral, *webfólio* das disciplinas e *webfólio* dos grupos. Nas páginas publicadas, podem-se inserir comentários.

espaço que acontece a interlocução entre a atividade do aluno e a teoria proposta, onde o aluno é instigado a pesquisar e estudar, a ponto de desacomodá-lo e levá-lo a agir. O correio eletrônico é outro meio muito utilizado para complementar as trocas de informações entre professores, alunos e tutores.

Sarramona (1986), *apud* Bebber (2009, p. 14) conceitua EAD como uma metodologia de ensino em que as tarefas docentes acontecem em um contexto distinto das dos discentes. Exige-se do professor planejamento, orientação do processo e avaliação diferenciados. Já para Otto Peters (1973), *apud* Rodrigues (1998, n. p.), EAD é uma forma industrial de ensinar e aprender. Para Aretío (1994), *apud* Bittencourt (1999, n. p.), no entanto, EAD é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional que substitui a interação pessoal da sala de aula – o contato professor e aluno – pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos. A modalidade de ensino substitui a relação tradicional entre docentes e discentes pelo apoio de uma organização e tutoria que propiciam a estes uma aprendizagem independente e flexível.

Ainda em relação à definição de EAD, Belloni (1999), *apud* Filho (2007, p. 5), mostra-se favorável à educação a distância, pois vê na modalidade a flexibilização do acesso, do ensino, da aprendizagem e da oferta de cursos a ser proporcionados aos estudantes. Nesse sentido, ele faz alguns apontamentos relevantes:

- Flexibilização do acesso a EAD na perspectiva de democratização das oportunidades. Isso significa fundamentalmente rever e tornar menos restritos os requisitos de acesso ao ensino (especialmente para o Ensino Superior). Num país como o Brasil, essa flexibilização exigiria esforços no sentido de expandir a oferta dos cursos de preparação, da criação de espaços de estudos (centros de recursos) e da disponibilização da modalidade de ensino a preços muito abaixo dos materiais pedagógicos.
- Flexibilização do ensino na perspectiva de promover o desenvolvimento das habilidades de autoaprendizagem, o que implica na oferta de cursos diversificados e modulares. Sendo assim, há a necessidade de se fazer uso adequado das mídias e dos materiais que efetivamente são elaborados para a autoaprendizagem daqueles que procuram um ensino presencial ou a distância.

- Flexibilização da aprendizagem, exigindo do estudante mais autonomia e independência. É uma forma de propiciar o desenvolvimento da capacidade de administrar o próprio processo de aprendizagem.
- Flexibilização da oferta de cursos em função das demandas sociais na perspectiva de educação ao longo da vida, mesmo que isso implique em um grande esforço de transformação dos atuais sistemas educacionais.

Os argumentos de Belloni (1999), *apud* Filho (2007, p. 5), marcam a tendência da formação dos estudantes nos próximos anos. É o esperado quando se leva em consideração as exigências e as mudanças que vêm ocorrendo em nossa sociedade. Considerando os conceitos expostos, mesmo havendo diferenças na forma de cada autor definir a EAD, é possível identificar algumas características da modalidade como essenciais. Para Preti (2008, p. 9), é possível identificar a distância física professor-aluno, o estudo individualizado e independente, um processo de ensino-aprendizagem mediatizado, o uso de tecnologias e a comunicação bidirecional. Ramos (1990), *apud* Preti (2008, p. 22), em complemento, afirma que “a essência, pois, da EAD é a relação educativa entre o estudante e o professor que não é direta, mas **mediada e mediata**” (grifo do autor).

Partindo das mudanças que surgem no contexto atual, é comum que as pessoas se deparem com os desafios marcados por novas concepções e novos modelos sociais. Isso as têm motivado a buscar novas formas de ser, de fazer e aprender. Refletir sobre essas mudanças, que fizeram ou fazem parte da vida em sociedade, têm sido um grande desafio. Elas continuarão a ser, visto que a cada momento surgem novas necessidades de convivência e inserção social.

Segundo Toffler (1993), *apud* Rocha; Lima (2007, p. 2), a sociedade já passou por duas grandes revoluções e agora está prestes à terceira. A primeira ocorreu quando a raça humana passou de uma civilização tipicamente nômade para uma civilização agrícola. A segunda, quando se passou de uma civilização predominantemente agrícola para uma basicamente industrial. Vive-se agora a terceira onda, ou seja, a terceira revolução, que alguns chamam de sociedade pós-industrial, a Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento, pois nunca se deu tanto valor ao conhecimento como se tem dado nos últimos tempos.

Boll (2004) lembra, contudo, que o desafio da Sociedade do Conhecimento é justamente ir além dela. Nessa sociedade, o sujeito abre-se às contradições, às contestações e às problematizações. Ele passa a dar atenção também às relações de solidariedade, compaixão e respeito. Nas palavras da autora (2004, p. 3),

Educar para além da sociedade do conhecimento supõe superar os preceitos imediatos do fundamentalismo econômico para com a educação: pensar no outro munido de sentimentos de compaixão e respeito, incluindo o que lhe possa parecer diferente para então problematizá-lo.

A educação precisa acompanhar (e está acompanhando) esse processo de evolução. Para isso, faz-se necessário uma educação voltada para o desenvolvimento social e para a construção da cidadania. Oferecer uma educação atendendo a essas necessidades, no entanto, requer o uso de metodologias inovadoras. A EAD aparece nesse cenário para ser compreendida como uma alternativa à prática educativa, até então enraizada em espaços concretos de ensino-aprendizagem, almejando construir espaços mediados de interlocução democrática do conhecimento produzido. Acreditar que expressões culturais, ideias, desejos e possibilidades possam ser acessados em lugares de difícil acesso e que o professor possa escolher o melhor momento para continuar seus estudos nesses espaços é a garantia de que a permanência de cada um na cultura digital de nosso tempo é necessária.

Para as pessoas que possuem uma rotina fixa de trabalho e pouco tempo livre, a EAD leva a elas a possibilidade de programar seus estudos nos horários disponíveis e não restringir-se ao tempo e espaço definidos *a priori* a ela. Num momento em que a informação *on-line* tem sido aclamada também como fonte de recursos para a construção de conhecimentos, e todas as expectativas têm girado em torno da troca de informações, é importante poder oferecer um ensino que forme um sujeito autônomo, capaz de buscar, criar, aprender sempre, ao longo de toda uma vida, intervindo no mundo em que vive.

As questões apontadas mostram que se vivencia um período de transição. Vive-se um momento em que aprender é fundamental para que o profissional da educação possa integrar-se à sociedade do conhecimento e encarar o futuro que já começou. Se a EAD seguir nessa direção, é necessário que os cursos de formação de professores, inclusive os presenciais, definam muito bem seus objetivos e incluam em sua grade curricular uma proposta de educação que lhes permita uma reflexão dialógica. Para Freire, essa reflexão tem como “características a colaboração, a união, a organização e a síntese cultural” (FREIRE, 1987, p.

165) acerca dos processos de formação. Aos docentes permite-se, assim, tecer seus conhecimentos, estabelecer e manter uma rede profissional de aprendizagens para que se construa uma prática educativa significativa tanto na escola quanto na própria web.

Entrevista e análise de dados

A partir da entrevista teve-se a intenção de verificar o motivo pelo qual a professora buscou uma graduação via EAD e discutir a situação dela como docente. Duas evidências puderam ser investigadas: (a) as relações de interferência existentes entre as condições de trabalho do professor e sua formação; (b) em que medida essa formação implica em aprendizagens novas para o professor e contribui para o seu exercício profissional.

O questionário foi aplicado a uma professora de 46 anos. Ela retornou aos estudos após 26 anos de afastamento da sala de aula. A aluna, sujeito desta pesquisa, é professora do Ensino Fundamental há 30 anos e trabalha na rede pública estadual do Rio Grande do Sul. Ela dispôs-se a realizar a entrevista e fornecer os dados necessários nesse processo. Ela o fez porque tinha interesse em demonstrar seu crescimento profissional e pessoal após ter ingressado num curso de graduação na modalidade EAD.

Na sequência, constam, então, os dados referentes à investigação realizada: a mensagem enviada pelo correio, o questionário anexado à mensagem, a avaliação do conteúdo, as atividades e a metodologia aplicada no curso a distância e, finalmente, a amostra de que os procedimentos levaram a professora à construção do conhecimento e fizeram com que ela relacionasse teoria e prática.

Mensagem eletrônica enviada à professora:

Olá, L...! Estou realizando uma pesquisa sobre EAD e a formação de professores, que resultará em um artigo. Esse artigo é trabalho final de Especialização em Tutoria que realizamos em concomitância com a atuação de tutor na UFRG.

Nesse sentido, se possível, gostaria que você respondesse ao questionário enviado em anexo para, dessa forma, contribuir com a investigação.

Pela sua atenção, disponibilidade e responsabilidade no preenchimento deste instrumento de coleta de dados, desde já agradeço. Abraços. Gi

Questionário utilizado para a coleta de dados:

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Quanto tempo ficou sem estudar antes de retornar aos estudos?
- 3) Quais as razões para a escolha do curso de Pedagogia?
- 4) Por que optou por cursar Pedagogia na modalidade EAD?
- 5) Por que não optou por cursar Pedagogia na modalidade presencial?
- 6) Como avalia o curso de Pedagogia da UFRGS, na modalidade EAD?
- 7) Como avalia os conteúdos e atividades propostas pelas interdisciplinas?
- 8) De que modo os conteúdos e as atividades propostas pelas interdisciplinas contribuem para a sua formação profissional?
- 9) A metodologia de ensino adotada no curso possibilita ou não a valorização da sua experiência profissional?
- 10) A metodologia de ensino adotada no curso possibilita ou não a relação teoria-prática ?
- 11) A metodologia de ensino adotada no curso oportuniza a construção do conhecimento necessária à formação adequada para você?
- 12) Como avalia a formação de professores realizada na modalidade EAD?
- 13) Relate sua experiência de aluno na modalidade EAD.

Com a análise das contribuições trazidas pela aluna, agregada à experiência de tutora e docente da autora deste trabalho, constatou-se que a busca dos professores pela formação e atualização na modalidade EAD deu-se em função da flexibilidade de tempo, melhoria e ascensão profissional. Ela ocorreu também devido à gratuidade do curso, uma vez que a baixa renda salarial impede os professores de fazer um curso superior presencial nas universidades. O custo da mensalidade aparece na exposição da aluna na questão 3. A docente diz que

A principal razão é que é um curso gratuito, a segunda que me fará progredir no plano de carreira do magistério sem maiores gastos melhorando minha aposentadoria, a terceira razão é que é à distância e não precisaria me deslocar toda semana para a universidade, a quarta razão é que a lei cria a obrigatoriedade de formação superior para os docentes.

Essas informações são reafirmadas na questão 13:

Sempre tive muita resistência em voltar a estudar por não querer abrir tempo de minha vida pessoal para ficar sentada numa universidade, muitas vezes sem grande aproveitamento. Na EAD aprendi que podemos ter uma boa formação sem precisar estar dentro da universidade.

Outra questão abordada no questionário refere-se aos conteúdos, às atividades propostas pelo curso e à possibilidade de construção do conhecimento. Na EAD, deve prevalecer a necessidade de autoaprendizagem, pois se pressupõe que os estudantes já tenham características como a autonomia e a disciplina. A autonomia é importante porque permite ao estudante ter iniciativa na busca de outras possibilidades quando tiver de construir o seu conhecimento. Isso torna o processo de formação dinâmico e muito mais qualificado. A disciplina também é necessária, visto que na modalidade EAD não há interação face a face constante. Se o estudante não for organizado e disciplinado, seu aprendizado poderá ficar comprometido. Sendo assim, os conteúdos e atividades devem ser desafiadores para que os estudantes sintam-se motivados na construção do conhecimento e, o que também é muito importante, não desistam de continuar seus estudos.

Nas informações da entrevistada, essa questão é justificada da seguinte forma:

Acredito que a construção do conhecimento nesta modalidade de ensino depende muito do comprometimento e boa vontade do aluno. Porém, tanto os conteúdos como as atividades propostas foram muito valiosos para minha formação profissional, pois aqueles que não se configuraram como grandes descobertas, vinham complementando os textos estudados e me levavam a repensar, avaliar e rever minha prática diária.

No que diz respeito à metodologia de ensino, a avaliação foi positiva. Pode-se reconhecer que os métodos contribuem para a formação profissional, já que valorizam a experiência profissional e fazem a relação teoria e prática, uma vez que o curso de pedagogia da UFRGS é destinado à formação de professores ativos. É o que mostra a resposta dada à questão 9:

Com certeza, em diversos momentos do curso pude me valer do que já realizei e aprendi na prática diária nestes meus trinta anos de trabalho, tanto na realização das atividades propostas quanto nas trocas com colegas, tutoras e professores em nossos fóruns e workshops.

Das colocações citadas, é possível inferir que a Educação a Distância democratiza o acesso à Educação. Pode, por isso, significar o fim da distância geográfica, econômica, social, cultural e psicológica. Afinal, esses são, na maioria das vezes, os principais entraves de acesso à formação continuada dos professores.

Thompson (1996), *apud* Lima; Grigoli; Barros (s. d., p. 2), diz que as pesquisas sobre a educação a distância têm considerado a EAD como um meio de ensino tão bom quanto à educação presencial. Em alguns casos até superior, já que exige menor quantidade de recursos financeiros, propicia uma aprendizagem autônoma e está ligada à experiência dos alunos que não precisam se afastar do seu local de trabalho.

A EAD promove um ensino inovador e de qualidade, porque incentiva a educação permanente e permite a atualização e o aperfeiçoamento profissional daqueles que querem aprender mais. A modalidade permite também que o aluno seja realmente ativo, responsável por sua aprendizagem e, principalmente, aprenda a aprender. Gatti (2008, p. 65) confirma esse assunto ao dizer que

É preciso considerar que a educação a distância passou a ser um caminho muito valorizado nas políticas educacionais dos últimos anos, justificada até como uma forma mais rápida de prover formação, pois, pelas tecnologias disponíveis, pode-se flexibilizar os tempos formativos e os alunos teriam condições, quando se trata de trabalhadores, de, em algumas modalidades de oferta, estudar nas horas de que dispõem, não precisando ter horários fixos, o que permitiria compatibilização com diversos tipos de jornadas de trabalho [...].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou apresentar e discutir, aos olhos pessoais e experientes da autora, a trajetória teórica da EAD, refletindo sobre o uso dessa modalidade nos espaços virtuais de ensino-aprendizagem. Apesar de se encontrar já na 5ª geração, é possível acreditar que, com base nas recentes legislações e investimentos públicos, essa modalidade de ensino esteja em franca expansão, consolidando-se como alternativa viável na formação continuada de professores. Também é possível acreditar que a EAD está contribuindo para que os docentes possam vencer as históricas e não bem sucedidas barreiras de tempo e espaço e a falta de recursos financeiros justamente porque o tempo fica pessoalizado, o espaço se redefine, os recursos são públicos e muitas vezes reduzidos ao uso de diferentes mídias³.

³ Entende-se por diferentes mídias, as fontes que podem ser acessadas pelo aluno, tais como documentários, filmes, vídeos, arquivos de livros e artigos, reportagens, etc. que, ao contrário do ensino presencial, ficam normalmente disponíveis na internet. Também os próprios professores podem desenvolver e disponibilizar os conteúdos aos alunos. Com o livre acesso à internet, o aluno pode buscar pela cultura digital pedagógica disponível, potencializando-se, assim, os saberes pedagógicos.

De acordo com a edição de 2008 do Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância – ABRAEAD –, há um estudo específico sobre graduação a distância realizado por Dilvo Ristoff, então diretor do Departamento de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira –, no final de 2007. Com base nos dados oficiais, ele destaca que o crescimento dos cursos a distância foi superior a 571%. Entre 2003 e 2006, o número passou de 52 para 349. Também o número de estudantes nos cursos de educação a distância passou de 49 mil em 2003 para 207 mil em 2006, o que corresponde a um aumento de 315%. Os dados mostram que o avanço da EAD pode estar atrelado a este desejo docente e, nesse sentido, pode estar contribuindo para suprir as atuais demandas de formação continuada de professores e de outros profissionais da educação.

Assim, a EAD pode ser considerada um lócus privilegiado de construção e problematização de um desejo de conhecer mais significativo, crítico, interativo e autônomo. Para que novas configurações públicas se apresentem, o caminho já percorrido pela modalidade precisa ser publicizado, falado, discutido efusivamente, a fim de que mais e mais experiências e observações sejam agregadas, potencializando novas ações nesse campo.

Considerando os aspectos citados, acredita-se que o novo espaço para a formação continuada de professores necessite ver a escola, descortiná-la, trazê-la para a vida, para os sons e desejos também da comunidade escolar a qual ela está vinculada, revisitando-a como um lugar que está enraizado, mas não se isola do entorno. Segundo o Ministério da Educação e Cultura – MEC –, em seu documento relativo ao Programa de Formação Inicial para professores em exercício no Ensino Fundamental e Ensino Médio, o Pró-licenciatura (2005) apresentou-se como política que almejava melhorar a qualidade do ensino na Educação Básica por meio da formação inicial consistente e também contextualizada do professor.

O Programa de Formação Inicial toma como ponto de partida a ação do professor na escola em que desenvolve seu trabalho. A experiência dessa formação e o dia a dia do docente servem de instrumento para a reflexão sobre sua prática pedagógica. É pensando nisso que o programa traça algumas diretrizes norteadoras, como a das atividades propostas na EAD, que devem envolver situações concretas do cotidiano dos participantes. É por meio delas que será estabelecida a relação teoria-prática, a formação reflexiva, a democratização e a socialização do saber, a construção de conhecimento e o direito ao acesso e domínio dos recursos

tecnológicos a fim de que se tencione a própria comunidade escolar desse professor. A ele possibilita-se, assim, recriar e modificar sua prática pedagógica, diminuindo a distância entre os docentes, os alunos, a comunidade escolar e a própria tecnologia.

É preciso, no entanto, reconhecer que ainda são muitos os desafios que precisam ser enfrentados no ensino a distância. Embora ele se encontre numa fase de transição, é necessário vencer o preconceito daqueles que veem o ensino presencial como a única forma de aprendizado consistente. Segundo o levantamento da Associação Brasileira de Estudantes de Ensino a Distância – ABE-EAD –, que recebe denúncias desde 2007, mais de 18 mil alunos dos cursos de educação a distância de instituições particulares e públicas sofreram preconceito por terem optado pela EAD. Esses estudantes foram discriminados por alunos dos cursos presenciais e por empregadores que questionaram a validade da modalidade de ensino. Pode-se perceber que, além do desconhecimento do processo de credenciamento dado pelo MEC por parte destes, também uma cultura digital em sua interlocução com a educação é desqualificada em sua importância. Entre os obstáculos atuais enfrentados ainda por aqueles que optaram pela EAD pode-se citar, por exemplo, a dificuldade para conseguir estágio, obter o registro profissional e até fazer inscrições em concursos.

É evidente que romper com esse pensamento secular de lugar tempo-espacial da educação não é fácil. No entanto, é fácil perceber a EAD enquanto potencializadora profissional, já que, a partir dessa experiência, o professor sente-se mais encorajado a criar redes e estreitar laços, comunitários e/ou pedagógicos, mantendo pessoas conectadas a um novo fazer educativo. A partir da EAD, podem-se estabelecer novas práticas cotidianas de fazer educação, de comunicar ideias e saberes. Enfim, é possível pensar a modalidade de ensino como colaboradora digital, tecnológica e social na criação de uma escola mais justa, mais humana e acima de tudo mais plural, justamente por ela mesma estar assim filosoficamente constituída, tal como a web.

REFERÊNCIAS

ABRAEAD. Disponível em: <http://www.abraead.com.br/anuario/anuario_2008.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2009.

BEBBER, Cristiano Alberto. Educação a distância: uma reflexão sobre o processo de ensino e de aprendizagem. Erechim, 2009. p. 40. Disponível em: <http://www.uri.com.br/cursos/arg_trabalhos_usuario/1029.pdf>. Acesso em: 15 ago.2009.

BITTENCOURT, Dênia Falcão de. A construção de um modelo de curso *lato sensu* via internet: a experiência com o curso de especialização para gestores de instituições de ensino técnico UFSC/SENAI. Florianópolis, 1999. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta99/denia/>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

BOLL, Cíntia Inês. O ensino na sociedade do conhecimento: Educação na era da insegurança. **Revista Informática na Educação: teoria & prática.** Tecnologias, Educação e Desenvolvimento. Porto Alegre, v.12, n. 1, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2009.

_____. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 22 ago. 2009.

_____. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2009.

_____. Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998. Altera a redação dos art. 11 e 12 do Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2561.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2009.

_____. Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6303.htm>. Acesso em: 22 ago. 2009.

BRITO, Antonia Edna; OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. Revendo a formação docente: o saber, o saber ser e o saber fazer no exercício profissional. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/iiencontro/GT-1/GT-01-25.html>>. Acesso em: 23 ago. 2009.

CARNEIRO, Mára Lúcia Fernandes. Educação e tecnologia. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nucleoad/documentos/carneiroEducacao.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

CARVALHO, Kassandra Brito de. Implicações das TIC's na Educação. São Paulo, 2005. p. 68. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000365501>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

FILHO, Guilherme Pereira Lima. Educação a distância: noções conceituais e a formação docente. 2007. p. 15. Disponível em: <http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no3/Guilherme_ArtigoEaD.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia_da_autonomia_paulofreire.pdf>. Acesso em: 31 set. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 17. ed., 1987, p.165.

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, 2008. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000100006&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em 18 ago. 2009.

GIOLO, Jaime. A educação a distância e a formação de professores. 2008. p. 24. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a13.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2009.

KENSKI, Vani Moreira. EAD e formação de professores: entre o discurso legal e a prática institucional. Disponível em: <<http://www.isecure.com.br/anpae/446.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

LIMA, Claudia Maria de; GRIGOLI, Josefa Aparecida Gonçalves; BARROS, Helena Faria de. A educação a distância e o desafio da formação do professor reflexivo: um estudo sobre as possibilidades da EAD na formação pedagógica de professores universitários. (s. d. p. 2). Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/claudiamariadelima.rtf>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

MADEIRA, Carla de Castro Gomes. A EAD na formação continuada de professores: uma reflexão. Porto Alegre, 2006. p. 96. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10645/000597094.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27 set. 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Programa de formação Inicial para professores em exercício no ensino fundamental e no ensino médio – Pró-Licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/proli_an3.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

NEVES, Carmem Moreira de Castro. A educação a distância e a formação de professores. 2006. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/ead/eadtxt1a.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

NITZKE, J. A.; GRAVINA, M. A.; CARNEIRO, M. L. F. O percurso e a institucionalização da EAD na UFRGS. In: V ESUD – Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, 2008, Gramado. Anais do V ESUD. Brasília: UNIREDE, 2008. Disponível em:

<<http://200.169.53.89/download/CD%20congressos/2008/V%20ESUD/trabs/t38669.pdf>>.

Acesso em: 19 ago. 2009.

PRETI, Oreste. Autonomia do aprendiz na educação a distância: significados e dimensões. Cuiabá, 2000. p. 4. Disponível em: <http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:BTerUzgCAuMJ:ead4.uab.ufscar.br/file.php/769/Unidade2/Autonomia_aprendiz.pdf+Autonomia+do+Aprendiz+na+Educa%C3%A7%C3%A3o+a+Dist%C3%A2ncia:+significados+e+dimens%C3%B5es&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESiHGAVc7X_mM7nrW9eV_6IfsQygbJ93VqHCKQuLev3KOV2TZ6IwOq_8xqHITFMPaX4KhEDo1OHUE7w4kYBIp9SB1J6ZqimVBvlfzUxX_AEUsZSjWIEdzBTS-BMeLV0CyLPHOJI&sig=AHIEtbQAKeyJeSGM772lG6PAryjxSztqg>.

Acesso em: 05 set. 2009.

_____. Educação a distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada. 1996. p. 37. Disponível em <<http://www.dai.cefet-ma.br/cicero/Ensino/ED/5.pdf>> Acesso em: 19 ago.2009.

RECH, Rose Aparecida Colognese. EAD e a formação de professores. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.polojaperi.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20:ead-e-formacao-de-professores&catid=2:sobre-ead&Itemid=67>. Acesso em: 15 ago. 2009.

RETT, Silvana Bueno Teixeira. Formação continuada para professores por meio da EAD. Campinas, 2008. p. 138. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/3/TDE-2008-04-30T084933Z-1448/Publico/Silvana%20Bueno%20Teixeira%20Rett.pdf>. Acesso em: 12 set. 2009.

RIOS, Jocelma Almeida; PIMENTEL, Renê Gomes. Educação a distância e o seu grande desafio: o educando como sujeito de sua própria aprendizagem 2004 p. 15. Disponível em: <http://www.ead.urbe.edu/aiesad/docs/15%20de%20junio/AIESAD_Educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20Dist%C3%A2ncia_aprendizagem%20-rene%20gomes%20pimentel-jocelma-15.doc>. Acesso em: 15 ago. 2009.

ROCHA, Silvana Soares Siqueira; LIMA, Raymundo. Educação a distância: uma nova forma de aprender. 2008. p. 13. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/Pedagogia/Artigo.silvana.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2009.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz. Modelo de avaliação para cursos no ensino a distância: estrutura, aplicação e avaliação. Florianópolis, 1998. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta98/roser/index.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2009.

SEVERO, Denise; MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko. A organização funcional do curso de pedagogia a distância UFRGS: uma investigação do papel do tutor no processo de aprendizagem. Porto Alegre, 2008. p. 4-9. Disponível em: <http://www.senacead.com.br/anais/encontro08/denise_artigo_senac_denise15.doc>. Acesso em: 14 jan. 2010.

SHIMIZU, Rita de Cássia Gromoni. Educação a distância na formação de professores: o curso-piloto “Consumo Sustentável/Consumo Responsável – desenvolvimento, cidadania e

meio ambiente”. São Carlos, 2006. p. 186. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/Shimizu.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2009.

SILVA, Everson Melquiades Araújo; ARAÚJO, Clarissa Martins de. Reflexão em Paulo Freire: uma contribuição para a formação continuada de professores. Recife, 2005. p. 2. Disponível em: <http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/REFLEX%C3%83O%20EM%20PAULO%20FREIRE-UMA%20CONTRIBUI%C3%87%C3%83O%20PARA%20A%20FORMA%C3%87%C3%83O%20CONTINUADA%20DE%20PROFESSORES.pdf>. Acesso em: 25 set. 2009.

SOUZA, Carlos de; TRINDADE, Bernadete. Considerações para sistematização de um modelo de educação a distância: o ensino a distância. Disponível em: <http://www.eps.ufsc.br/disciplinas/fialho/aprenant/grupo_2/grupo_22.html>. Acesso em: 17 ago. 2009.

TREIN, Daiana; LOCATELLI, Éderson Luiz; SCHLEMMER, Eliane. Formação docente em e para EAD. São Leopoldo, 2008. p. 5-7. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/512200893710PM.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2009.